
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – ASSESSORIA TÉCNICA

DECRETO Nº 4.866, DE 19 DE AGOSTO DE 2025.

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS/PA), aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e V, da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto no Ajuste SINIEF nº 21, de 6 de dezembro de 2024;

Considerando o disposto no Ajuste SINIEF nº 25, de 6 de dezembro de 2024; e

Considerando o disposto no Ajuste SINIEF nº 5, de 11 de abril de 2005,

DECRETA:

Art. 1º O Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS/PA), aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.676, de 18 de junho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 265-K.

.....
.....

IV -

.....

b) para acobertar saídas, inclusive interestaduais;

.....
.....

Art. 265-N.

.....
.....

§ 3º Enquanto não for possível a transmissão da solicitação de autorização de uso do documento fiscal pelo regime especial da NFF, a ferramenta emissora poderá gerar um DANFE off-line, contendo as informações da operação, data e hora da geração, a identificação do operador e a indicação de que se trata de “Emissão de contingência DANFE off-line da NFF”.

§ 4º Se a solicitação de autorização de uso do documento fiscal pelo regime especial da NFF, prevista no § 3º deste artigo, não for transmitida no prazo de até 168 (cento e

sessenta e oito) horas contadas da data e hora da sua geração, a operação será considerada desacobertada de documento fiscal.

.....
.....

LIVRO PRIMEIRO

.....
.....

TITULO II

.....
.....

CAPITULO XV

DA EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL NAS OPERAÇÕES DE EXPORTAÇÃO EM CONSIGNAÇÃO, REALIZADAS VIA E-COMMERCE, DESTINADAS A INSTITUIÇÕES E INTERMEDIADORES COMERCIAIS SITUADOS NO EXTERIOR, E RESPECTIVA EXPORTAÇÃO DEFINITIVA

Art. 517-X. Os contribuintes que realizarem operações de exportação em consignação, realizadas via e-commerce e destinadas a instituições e intermediadores comerciais situados no exterior, deverão observar o disposto neste Capítulo. Parágrafo único. As notas fiscais de exportação definitiva poderão ser emitidas globalizando as vendas do período.

Art. 517-Y. Para fins deste Capítulo, o exportador deverá observar os seguintes procedimentos:

I - emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de remessa de exportação em consignação, contendo, além dos demais requisitos exigidos:

a) no campo “Natureza da Operação” – “natOp”, a expressão “Remessa de exportação em consignação”; e

b) no campo “Código Fiscal de Operações e Prestações” – “(CFOP)”, o código 7.949.

II - emitir NF-e de exportação definitiva, com periodicidade máxima mensal, agrupando as vendas destinadas ao exterior, contendo, além dos demais requisitos exigidos:

a) no campo “Natureza da Operação” – “natOp”, a expressão “Venda de mercadoria destinada à exportação definitiva”;

b) no campo “Informações Adicionais de Interesse do Fisco” – “infAdFisco”, a expressão “Procedimento autorizado pelo Ajuste SINIEF 25/24”;

c) no campo “Identificador do processo ou ato concessório” – “nProc”, o número do Ajuste SINIEF “25/24”;

d) no campo “Indicador da origem do processo” – “indProc”, o código “4=Confaz”;

- e) no campo “Tipo do ato concessório” – “tpAto”, o código “14=Ajuste SINIEF”;
- f) no campo “Código Fiscal de Operações e Prestações” – “(CFOP)”, os códigos de venda relativos às operações de venda ao exterior, conforme o caso;
- g) no campo “Chave de acesso da NF-e referenciada” – “refNFe”, a chave de acesso da NF-e de devolução simbólica prevista no inciso III do caput deste artigo;
- h) no grupo “Identificação do Destinatário da NF-e” – “dest”, como destinatário, o marketplace intermediador da operação comercial; e
- i) a indicação, para cada mercadoria exportada definitivamente, da quantidade total e do valor total vendido no período correspondente.

III - emitir NF-e de entrada referente à devolução simbólica das mercadorias vendidas conforme a NF-e prevista no inciso II do caput deste artigo, contendo, além dos demais requisitos exigidos:

- a) no campo “Natureza da Operação” – “natOp”, a expressão “Devolução simbólica – exportação em consignação”;
- b) no campo “Informações Adicionais de Interesse do Fisco” – “infAdFisco”, a expressão “Procedimento autorizado pelo Ajuste SINIEF 25/24”;
- c) no campo “Identificador do processo ou ato concessório” – “nProc”, o número do Ajuste SINIEF “25/24”;
- d) no campo “Indicador da origem do processo” – “indProc”, o código “4=Confaz”;
- e) no campo “Tipo do ato concessório” – “tpAto”, o código “14=Ajuste SINIEF”;
- f) no campo “Código Fiscal de Operações e Prestações” – “(CFOP)”, os códigos 3.201 ou 3.202, conforme o caso;
- g) no campo “Chave de acesso da NF-e referenciada” – “refNFe”, as chaves de acesso das NF-e de remessa previstas no inciso I do caput deste artigo;
- h) no grupo “Identificação do Destinatário da NF-e” – “dest”, como remetente, o marketplace intermediador da operação comercial; e
- i) a indicação, para cada mercadoria exportada definitivamente, da quantidade total e do valor total vendido no período correspondente.
.....”.

Art. 2º Fica revogado o § 3º do art. 265-Q do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS/PA), aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.676, de 2001.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - em relação às alterações previstas no art. 1º, a partir de:

a) 16 de abril de 2025, quanto à alínea “b” do inciso IV do art. 265-K;

b) 2 de maio de 2025, quanto aos §§ 3º e 4º do art. 265-N.

II - em relação ao art. 2º, a partir de 16 de abril de 2025.

PALÁCIO DO GOVERNO, 19 de agosto de 2025.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

DOE N° 36.332, DE 20/08/2025.

***Este texto não substitui o texto publicado no Diário Oficial do Estado do Pará.**